

ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Com a ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, sr. presidente.

Primeiramente, quero registrar a presença do prefeito Raul Ribas, de Matos Costa, juntamente com os seus secretários, e trazer ao conhecimento desta Casa Legislativa o falecimento do padre diocesano de Chapecó, Adair Mário Luiz Tedesco, aos 79 anos, que trabalhava na Paróquia de São Cristovão, por volta das 6h. Lembro que o padre Tedesco foi um dos primeiros a ser ordenado após a criação da diocese de Chapecó, em 1958.

Ele, ao completar 53 anos de sacerdócio, em fevereiro deste ano, fez a seguinte declaração: "Completar 53 anos de padre para algumas pessoas pode parecer uma coisa extraordinária, mas um cristão que cumpre seus deveres também pode completar 50 anos de serviço. São apenas vocações diferentes".

Então, a diocese de Chapecó perde uma extraordinária, grande liderança e um grande colaborador, um homem que dedicou sua vida a favor dos excluídos, dos pobres e dos marginalizados. O enterro será amanhã, às 8h, em Xaxim.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Agora, sim, com a palavra, por até dez minutos, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero me solidarizar com o deputado Padre Pedro Baldissera pela perda de colega de sacerdócio e de toda a comunidade católica catarinense e do oeste do estado.

Quero registrar a realização do Congresso Nacional do PSOL, entre os dias 30 de novembro e 1 de dezembro deste ano, que elegeu uma nova direção nacional. O presidente eleito foi o companheiro Luis Araújo, professor aposentado pela Universidade Nacional de Brasília - UNB -, deixando, portanto, a Presidência o companheiro deputado federal Ivan Valente, de São Paulo.

O Congresso Nacional definiu também como pré-candidato do PSOL à Presidência da República o nome do senador Rodolfe Rodrigues, do Amapá. É o nome público mais expressivo do PSOL nos últimos

anos e, evidentemente, conhecido de toda a parcela da população brasileira que acompanha os acontecimentos políticos nacionais.

É o único nome que sinaliza um trabalho que merece o destaque no Senado federal. Foi oriundo do movimento estudantil, do movimento Fora Collor, em 1992; foi eleito deputado estadual em 1998 e em 2002 e eleito senador em 2010, estando no terceiro ano de mandato no Senado federal.

Destaca-se o senador Rodolfe Rodrigues, o pré-candidato do PSOL à Presidência da República, pela defesa intransigente, em todos esses três anos de Senado, do voto aberto para cassações e vetos no Congresso Nacional. É autor de emenda de um orçamento impositivo para garantir 18% da Receita Líquida da União à saúde pública e de um projeto simbólico no Congresso Nacional que anula a deposição do ex-presidente João Goulart, o Jango, pelo Golpe Militar de 1964.

É também autor da proposta de emenda à Constituição, art. 6º da Constituição Federal, que busca introduzir o transporte público, o transporte coletivo como um direito social básico, a ser garantida a toda a população nacional.

É autor de proposta de emenda à Constituição que altera o art. 7º da Constituição Federal para ampliar os prazos de licença à maternidade e licença a paternidade; de projetos que buscam construir mecanismos para se coibir, de forma mais efetiva, a corrupção, a defesa dos direitos civis e democráticos contra as privatizações, como, por exemplo, o projeto de decreto legislativo que pretendia sustar o leilão de libras do pré-sal.

Foi o único senador a votar contra a MP n. 617, que prejudica, que fere a autonomia universitária.

Então, informo, na tribuna desta Casa, que o Partido Socialismo Liberdade - PSOL - tem pré-candidato à Presidência da República já definido, evidentemente que com a disposição para debater com o conjunto da sociedade, nos próximos meses, uma nova forma de administração da sociedade brasileira, a construção de um projeto para efetivamente mudar os rumos da nossa sociedade.

Quero também fazer referência à visita que este Poder recebeu na manhã de hoje de lideranças da cidade de Laguna, no estado de Santa Catarina, que vieram se manifestar em defesa do meio ambiente e pedir o apoio dos deputados contra a extinção dos botos pescadores do Canal dos Molhes de Laguna e contra o loteamento da praia do Gravatá, também naquela cidade.

Essas são duas pautas com certeza importantes que precisam do apoio dos poderes constituídos, especialmente daqueles cuja finalidade é justamente a preservação ambiental.

Para mim, especificamente, que sou um agricultor lá do interior do estado, da cidade de Imbuia, que evidentemente não cresci no litoral, elas trazem novidades, inclusive, como o fato de que Laguna é o único lugar no Brasil e um dos únicos três do mundo a ter uma colônia, um santuário de botos pescadores. O que significa isto? Os botos atuam em parceria com os pescadores justamente na captura de outros peixes, especialmente da tainha.

Então, essa sintonia entre a ação dos botos pescando e o pescador com a sua tarrafa buscando o sustento da família é uma ação harmônica complementar que garante a ambos um maior sucesso na captura dos peixes e, portanto, na alimentação.

Essa colônia de botos de Laguna que, repito, é a única do Brasil com essa característica e uma das três únicas do mundo, tem 50 botos. Há 20 anos tinha cerca de 80. Então, a realidade é que está diminuindo a comunidade do santuário de botos pescadores de Laguna, que fica no Canal dos Molhes. Quem quiser ir a Laguna para conhecer terá a oportunidade de ver esse fenômeno e, inclusive, conversar com os pescadores a respeito do assunto e interar-se mais.

O que prejudica a preservação dos botos pescadores de Laguna? Uma questão são os insumos químicos, venenos usados na produção de arroz no vale do rio Tubarão. Outra questão é a pesca clandestina feita por redes de forma criminosa, diga-se de passagem. E ainda, por último, a questão da utilização daquele brinquedo, do qual

desconheço qualquer graça, chamado *jet ski*, que geralmente os jovens filhos das famílias muito abonadas compram para ir brincar e exibir-se na praia, geralmente. Em Laguna, como há bastante visitação justamente no Canal dos Molhes, é onde eles preferem ir com o *jet ski*. Há legislação que impede, mas, infelizmente, os órgãos responsáveis não estão agindo em consonância com as suas atribuições. Alega-se falta de estrutura, no entanto, seria muito fácil coibir esses dois crimes que estão sendo cometidos contra o meio ambiente, contra os botos pescadores em Laguna.

Então, chamo a atenção da Capitania dos Portos, das autoridades dessas instituições, da Polícia Militar Ambiental, da Guarda Municipal de Laguna, comandada pelo prefeito municipal, da Fatma, do Ibama ou do ICMBio e, evidentemente, do Ministério Público sobre isso, porque considero um absurdo que uma brincadeira de jovens abonados economicamente possa colocar em risco a existência de um bioma, inclusive raríssimo no mundo e único exclusivo no Brasil, que é uma colônia, um santuário de botos pescadores na cidade de Laguna.

Estamos encaminhando uma documentação a essas instituições com o pedido para que dediquem um esforço no sentido de colocar a estrutura existente, embora saibamos que é insuficiente para a quantidade de serviço. Mas lá em Laguna, com certeza, não é um lugar distante e difícil de chegar para fazer esse trabalho.

Outra questão que trazem aqui essas lideranças de Laguna é a tentativa do prefeito e dos empresários da região sul do estado de lotear a praia do Gravatá. Outra atitude que precisa ser contestada é que os órgãos públicos responsáveis precisam tomar as devidas providências.

O presidente da Câmara é um dos defensores principais do loteamento da praia do Gravatá. É uma praia inabitada, só se visita caminhando por trilhas. A Câmara Municipal aprovou o loteamento. Evidentemente que para outros, para algumas dezenas de ricos da região e dos outros estados da Federação que querem curtir sua vida e seu descanso. Só que em prejuízo da maioria da

população de Laguna e do estado de Santa Catarina, que terá impossibilitado o acesso a outro santuário natural, que é a praia do Gravatá, na cidade de Laguna.

Mais de 90% da população lagunense é contra o loteamento dessa praia. No entanto, os poderes econômicos, que definem os poderes políticos na cidade de Laguna, querem privatizar a praia do Gravatá.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos estão acompanhando nesta Casa, amanhã, quarta-feira, acontecerá o lançamento estadual da campanha Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. O evento acontecerá a partir das 15h, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart.

O lançamento oficial desse plebiscito popular tem como objetivo garantir uma maior participação popular na política e propor um novo sistema de representação político para o país, para que essa grande proposta seja levada a todas as entidades e movimentos sociais de todo o Brasil, que desejam que seja realizada uma constituinte exclusiva para debater o assunto e propor mudanças.

Nós entendemos que é muito difícil o atual Congresso Nacional construir de fato diante do cenário hoje outro sistema eleitoral mais comprometido com a democracia, com a participação popular, com os interesses coletivos e não individuais da sociedade.

E que possamos ainda de fato fazer o debate com relação a quem financia o sistema político. É diferente de uma Constituinte normal, na qual os governantes se reúnem para decidir e elaborar uma Constituição para o país. A Constituinte exclusiva, formado apenas por representantes do

povo, sem a participação de pessoas que não tenham vinculação com a população. Além de Santa Catarina, outros 16 estados participam da campanha.

Então, quero destacar a importância desse movimento que nasce da sociedade, resultado de um debate que hoje a própria população tem feito, ou seja, qual o sentido da política, quem nos representa e qual o grau de representatividade que o Congresso Nacional, as Câmaras de Vereadores e as Assembleias Legislativas têm.

Então, quero destacar esse processo para a construção de um novo olhar sobre a política e sobre a representação política.

Quero falar também de um programa. Confesso que eu fiquei extremamente feliz e muito surpresa com a ideia desse programa. Deputado Sandro, creio que v.exa. será agraciado quando souber do conteúdo desse programa.

(Passa a ler.)

"O Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) aprovou, em 12 de dezembro, a resolução que institui o Programa Emergencial Pró-Haiti que trata do acesso à educação superior da UFFS para estudantes haitianos.

O embaixador do Haiti no Brasil, Madsen Chêrubin, acompanhou a apresentação da proposta. A intenção do programa é contribuir, através da oferta de vagas suplementares, para integrar os imigrantes à sociedade local e nacional, por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS.

Inicialmente, o programa ofertará oportunidades de formação superior exclusivamente a cidadãos haitianos residentes no município de Chapecó e região.

Esta iniciativa mostra que a UFFS assume causas importantes, nacionais e internacionais. Segundo o embaixador, 'os haitianos estão aqui procurando apenas oportunidades, coisa que o Haiti não pode oferecer a eles agora. Penso ser essa a melhor maneira de ajudar o Haiti, pois educação é a base de tudo'.

De acordo com o programa, as vagas destinadas aos haitianos serão ofertadas por meio de processo seletivo especial e o aluno que ingressar através do processo será matriculado como aluno regular.

Ainda fica estabelecido que a embaixada do Haiti no Brasil referendará a documentação dos estudantes haitianos necessária ao ingresso.

As aulas iniciam já no próximo semestre letivo.

Em 2013, triplicou o número de haitianos que chegaram ilegalmente ao Brasil por Brasileia, no Acre, e tiveram a situação regularizada pela Polícia Federal.

De janeiro até o início de setembro deste ano, o número de haitianos registrados chega a seis mil. Hoje, são cerca de 660 haitianos na região oeste de Santa Catarina. Em Nova Erechim, os imigrantes do país caribenho já representam 1% da população total.

Inúmeras empresas catarinenses estão contratando haitianos para trabalhar, como agroindústrias e empresas de diversos setores.

O Haiti, inicialmente, era dominado pela Espanha, mas em 1697 a ilha foi cedida à França. Na época, o país produzia 40% do açúcar consumido no mundo e 60% do café bebido na Europa, além de plantar cacau.

Entretanto, a economia era construída com o trabalho escravo e em 1794 o país sofreu uma revolta e a escravidão foi abolida.

Para conseguir a independência da Europa, o Haiti pagou cerca de 90 milhões de francos como indenização e em 1801 se tornou o segundo país independente da América. Mas no início do século 20, iniciou um período de instabilidade política que perdura até hoje. Após o terremoto de 2010, o Haiti viveu uma dramática epidemia de cólera e furacões devastadores.

O país foi destruído, prédios públicos, hospitais, escolas e casas vieram abaixo.

O Brasil passou a ser um dos principais colaboradores do Haiti no processo de reconstrução e capacitação profissional.

A reorganização do Haiti ainda está em andamento e conta com o apoio de uma ação coordenada pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. Mas até hoje há cerca de 360 mil pessoas abrigadas em 450 alojamentos improvisados e em busca de alternativas no exterior, como no Brasil e na República Dominicana.

O terremoto que o Haiti sofreu acabou com a vida de mais de 220 mil pessoas e deixou 2,3 milhões sem abrigo."

Então, quero não somente passar essas informações como elogiar muito a atitude da Universidade Federal da Fronteira Sul que, ao contrário de alguns pensamentos conservadores, provincianos e atrasados, que dizem que onde já se viu o Brasil acolher os pobres negros do Haiti, diz o seguinte: além de cuidar bem e de abrir vagas para o ensino superior aos brasileiros, vamos estender o nosso apoio, a nossa solidariedade, a nossa irmandade também aos irmãos haitianos que estão sofrendo imensamente, mas vão se recuperar através da educação, inclusive os haitianos vivem isso e querem voltar ao seu país para ajudar a reconstruí-lo.

Muito obrigada, presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Obrigada, deputada Luciane Carminatti. Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Caro presidente deputado Joares Ponticelli, srs. deputados, sras. deputadas, ao cumprimentar todos quero, nesta tarde, ressaltar, já que estamos nos aproximando do final de ano, os avanços conquistados na região do extremo sul, neste último ano de trabalho, de toda a sociedade.

Pleitos históricos que há muito tempo estavam atrasando o desenvolvimento da região que tem um grande potencial turístico, agrícola, comercial, industrial. E somente este ano, através de um

trabalho articulado por todos os deputados estaduais do sul, sensibilizando o governo estadual, o governo federal, que o vale do Araranguá está começando a deixar para trás algumas de suas reivindicações.

É preciso relembrar aqui a luta de década do extremo sul para completar a pavimentação asfáltica da BR-285, que neste ano tivemos a conquista dos últimos 22 km finais dessa BR que liga a serra da Rocinha à cidade de Timbé do Sul, em Santa Catarina, à cidade de São José dos Ausentes, no Rio Grande do Sul, estendendo-se ao longo de mais 700 km, interligando a BR-101 até a divisa com a Argentina. Uma obra de engenharia muito complexa, num custo de quase R\$ 100 milhões, mas que irá criar, sem dúvida nenhuma, nos próximos três, um novo foco, um novo nicho de desenvolvimento social, econômico e turístico no extremo sul de Santa Catarina.

Por isso queremos referenciar, na tarde de hoje, a conquista dessa obra e a nossa luta e de tantas outras lideranças para que ela pudesse sair definitivamente do papel.

Quero lembrar aqui também que o governo do estado, em processo de licitação, conseguiu romper todas as barreiras ambientais das obras para a famosa Serra do Faxinal, que também liga o litoral catarinense com a região do planalto serrano. Isso vai permitir que o fluxo turístico da região de Gramado, Canela possa acessar as praias do extremo sul. Uma obra que já está sendo licitada, que conhecerá, nos próximos meses, os vencedores, enfim, é uma obra que não tem mais volta, que estava parada há mais de seis anos e agora começa a entrar num cronograma. Essa é uma conquista que também irá mudar o perfil social e econômico da região do extremo sul de Santa Catarina.

O governador Raimundo Colombo merece aqui o nosso reconhecimento e parabéns pela sensibilidade e pelo cumprimento da palavra de lançar o edital de licitação dessa obra. Temos já na lista para ser atendida a pavimentação asfáltica da BR-101 até o Instituto Federal de Educação Tecnológica de Santa Rosa do Sul, são cerca de 10 km, que vai

estreitar, aproximar a comunidade universitária do maior centro universitário do vale do Araranguá, que já conta com vários cursos de nível superior, de nível tecnológico e também na área da pós-graduação. E agora, com o último financiamento assinado do Banco do Brasil, o governador Raimundo Colombo incluiu essa obra no *hall* das prioridades, atendendo uma reivindicação deste parlamentar.

Queremos agradecer, neste final de ano, mais uma vez, ao governador pela sensibilidade, pela prioridade com esse pleito do sul catarinense.

Aos poucos obras e reivindicações muito antigas, de 20, 30 anos, começam a ficar para trás e o sonho e a esperança nessas ações começam a se transformar na melhoria da qualidade de vida da população e a ficar mais próximos de todos nós.

Assim sendo, queremos, nesta tarde, reconhecer o esforço de todos, pois a abertura do curso de medicina, através da Universidade Federal, nos próximos anos, na cidade de Araranguá, também vai criar um novo centro universitário que, sem dúvida alguma, vai mudar o perfil da cidade de Araranguá e de toda a região. Essa é também uma notícia de destaque nessa avaliação de final de ano.

É preciso lembrar também das questões de saúde, pois o lançamento de edital para a construção da policlínica de Araranguá e a contratação de uma nova entidade para administrar o hospital Regional de Araranguá já são uma realidade. E a sociedade começa a sentir os efeitos da melhoria da qualidade da gestão, bem como a melhoria da qualidade do atendimento. Ontem ainda conversávamos com o prefeito de Balneário Arroio do Silva, que nos falava que os carros da prefeitura têm rodado menos quilometragem a cada mês em função da melhoria e de novas especialidades que o hospital Regional de Araranguá tem atendido ao longo deste ano. E a prefeitura economiza recurso, o paciente é atendido mais próximo da sua casa e todos saem ganhando. Por isso é também um fato a ser citado na tarde de hoje como de grande relevância para todos nós.

E hoje obras da cidade de Passos de Torres estão sendo atendidas até a BR-101, de Araranguá até o município de Meleiro e de Jacinto Machado até Ermo. Essas obras estão sendo feitas para recuperar e melhorar a segurança das rodovias estaduais.

São poucos os governos que investem recursos em recuperação de estradas já existentes, mas são fundamentais esses investimentos.

Quero, com essa avaliação, reconhecer o esforço de todos, dos órgãos do governo do estado, dos parlamentares do sul, das instituições representativas, como da associação comercial, dos institutos de ensino, das universidades que lá atuam, dos prefeitos, dos vice-prefeitos, dos vereadores, de todos os líderes e profissionais liberais que de uma forma ou de outra ajudam a virar realidade reivindicações históricas. É preciso reconhecer e registrar aqui a sensibilidade e a vontade política do governador João Raimundo Colombo que aos poucos vai deixando para trás reivindicações e pedidos muito antigos da nossa região.

Por isso muito obrigado a todas as lideranças que se envolveram na conquista dessas obras, tão citadas no plenário da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSD que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, quero aqui destacar um projeto de lei do senador Aécio Neves que inclui o Bolsa Família no Loas - Lei Orgânica da Assistência

Social -, transformando, desta forma, o programa Bolsa Família.

Através de uma emenda constitucional, fica regulamentado quem pode ser beneficiário do Bolsa Família, quais as condições para a permanência, bem como os programas que o governo terá que colocar em paralelo para facilitar que aquelas pessoas que estão no Bolsa Família possam receber um tratamento diferenciado, principalmente no que tange à qualificação profissional, à escolarização, acesso à escola, ao primeiro e segundo grau e à universidade dos filhos das famílias incluídas nesse programa, justamente para que as mais de 13 milhões de famílias incluídas no programa recebam o tratamento real de um programa de inserção social, para que daqui a 11, 15 anos possam, com o seu trabalho, caminhar e ter acesso ao que a sociedade oferece, enfim, para que isso traga melhor qualidade de vida.

Atualmente, existem mais de dois bilhões de crianças, filhos dessas famílias que recebem o Bolsa Família, que não se tem nenhuma informação, que não se imagina que elas de fato existam, do que estão fazendo, se estão indo à escola, qual o tratamento que estão recebendo, tanto por parte da família quanto por parte da sociedade organizada, e uma parte delas é a escola.

Essa lei, essa PEC já passou na semana passada, no dia 11, passou na CCJ, agora vai para a comissão de Assistência Social, e sendo aprovada na comissão naturalmente que será aprovada no plenário do senado. Após esse processo, imagino que será encaminhado para a Câmara dos Deputados, que passará por um processo semelhante, mas havendo boa vontade por parte dos parlamentares e mobilização dos estados através de suas bancadas, para justamente estimular a tramitação urgente desse projeto de lei que, no entender do PSDB, é muito importante, porque se transformando em lei deixa de ser um programa meramente eleitoreiro, o abuso de incluir famílias que não precisariam estar ali ou, pior ainda, de excluir pessoas, famílias que deveriam estar nesse programa especial do Bolsa Família acabam não tendo por uma

questão partidária por parte dele, de forma que passaria a ser uma lei. E sendo lei todos os beneficiários que se incluem naquelas condicionantes passam a ter o direito automático quando se inscrevem.

O governo municipal e o governo estadual passarão a receber tratamento diferenciado por força de lei para todas aquelas famílias que estão nesse programa.

Também foi apresentado pelo senador Aécio Neves um projeto de lei que assegura que todas as famílias que têm o Bolsa Família, mesmo elas conseguindo um emprego, continuam a ter o benefício, pelo menos ainda por seis meses.

Atualmente, a pessoa que está inscrita no programa Bolsa Família e consegue um emprego, automaticamente é excluída do programa. Isso faz com que muitas mulheres, muitos homens que recebem ajuda do Bolsa Família não se esforcem para conseguir um emprego, e quando conseguem não fazem o registro porque têm medo de que no período de experiência, nos dois ou três meses iniciais, a empresa que os contratou possa exonerá-los, voltando a não ter mais emprego e também a não receber mais a ajuda do Bolsa Família. Assim sendo, esse projeto de lei que o senador Aécio Neves está apresentando garante a eles que pelo menos ainda durante seis meses, depois de estarem empregados, eles continuem recebendo o Bolsa Família, não tendo mais esse medo de perder o emprego, pois poderiam receber os dois benefícios durante os seis meses iniciais.

E, por último, quero dizer que tramita também nos corredores do Congresso Nacional, do Ministério do Desenvolvimento Social e certamente nas secretarias de estado da Assistência Social, a criação de uma lei que obrigue os estados, os municípios e, principalmente, a união a fazer uma lei, destinando parte dos recursos obrigatoriamente a ser gastos e investidos na área da assistência social.

Mas, infelizmente, a assistência social ainda depende da benevolência das pessoas, dos governantes em destinar certo volume de recursos.

Hoje, qualquer governo destina um volume de recursos que ele acha necessário destinar, mas não existe nenhuma obrigatoriedade para fazer isso. Nós queremos que pelo menos 5% de todo o valor arrecado seja destinado à assistência social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, finalmente o Hospital Universitário Pequeno Anjo, da minha cidade Itajaí, foi incluído na rede de urgência e emergência do Ministério da Saúde, depois de uma longa novela que já se estendia há quase um ano, pois o referido hospital é o único hospital da região da Amfri que é vocacionado para a pediatria e atende todos os municípios da nossa região e vai além da região da Amfri. Podemos dizer que é um hospital de referência, porque como cidade litorânea, nesse período do ano que estamos adentrando, vêm pessoas de todo o estado e de outros, tendo o hospital infantil como referência.

Portanto, foi uma vitória importante para as nossas crianças, e falo como médico pediatra, pois participei do corpo clínico daquele hospital que antes se chamava Hospital Menino Jesus. E depois de tantas e sucessivas crises ele foi incorporado durante o governo Luiz Henrique da Silveira. E como prefeito de Itajaí, acabou sendo incorporado pela Univali. Mesmo assim, vinha apresentando situações de muita dificuldades, quando no início deste ano o reitor Mário César, da Univali, reuniu as lideranças políticas, como o deputado Dado Cherem, os prefeitos da região da Amfri e outras lideranças comunitárias, para apresentar a situação difícil que o hospital se encontrava.

E a partir daí tivemos uma sucessão de reuniões na universidade, com o prefeito de Itajaí, Jandir Bellini, com os prefeitos da Amfri,

bem como na sede da Amfri, na sede da Associação Empresarial de Itajaí.

Participamos de audiências na secretaria estadual da Saúde, de audiências com o governador do estado e no ministério da Saúde, sendo que no referido ministério tratei pessoalmente desse assunto mais de uma vez, além de encaminhar um documento totalmente robustecido da importância desse hospital para a nossa região, para a pediatria de Santa Catarina, no sentido de que esse hospital fosse reconhecido, pois na época, em meados de julho, os conselhos regionais de secretário se reuniram, também da Amfri, para avaliar a habilitação desse hospital na rede de urgência e emergência.

Foi discutido na CIB, Comissão Intergestores Bipartite, no mês de junho, mas infelizmente não foi incluído porque não preenchia todos os requisitos, na verdade, alguns pequenos detalhes. E fiz questão de redigir um documento à presidente Dilma Rousseff alegando que aqueles detalhes ficavam justificados pela própria portaria que cria a possibilidade da habilitação dos hospitais na rede de urgência e emergência, porque um determinado hospital pode não estar representando uma referência importante para a região, mas quando se justifica essa condição ele poderá ser incluído.

Na verdade, era exatamente essa situação que o Hospital Infantil de Itajaí também poderia estar sendo considerado e assim ser reconhecido nessa rede. É importante o reconhecimento na rede, é importante a habilitação na rede de urgência e emergência, porque com essa habilitação, além de passar a receber uma verba de R\$ 200/mês para a ajuda de custeio, justamente o custeio que é o grande problema dos hospitais. Além disso, também deverá receber uma verba de R\$ 3 bilhões para investimento, para adequações, para suas instalações, para equipamentos, que é uma ajuda substancial também. Além disso, as diárias da UTI também passam a melhorar substancialmente, praticamente dobra o valor, o preço que o ministério da Saúde paga em diárias da UTI. E o

próprio hospital que hoje tem seis leitos de UTI, terá mais dois leitos de UTI neonatal.

Já há na CIB uma proposta para que os dois leitos de UTI/Neonatal sejam transformados em mais dois leitos de UTI infantil, uma vez que a UTI Neonatal fica no outro Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen. E nessa portaria o hospital é contemplado com mais dois leitos de UTI.

Portanto, pode contemplar mais dez leitos de UTI, porque toda equipe que é montada para a UTI é montada para dez leitos. Não importa se há quatro, cinco, quatro, seis ou oito leitos, porque o custo de uma equipe de UTI é de uma equipe para dez leitos.

Então, essa conquista também é importante porque ela completa essa situação de tornar o hospital em condições melhores, inclusive para a sua própria subsistência.

Por isso fico realmente muito contente com essa decisão do Ministério da Saúde, que através da Portaria n. 2941 reconheceu a habilitação do Hospital Infantil de Itajaí na rede de urgência e emergência da saúde para a nossa região e para o nosso estado.

O Hospital Infantil de Itajaí também é importante porque ele hoje é incorporado à universidade do vale do Itajaí. E é importante também campo de estágio de formação, de recursos humanos na área da saúde. Todos os cursos da Univali, e são mais de dez cursos entre Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia, Farmácia, na área da saúde, têm estágios regulares no Hospital Infantil. Além disso, o hospital propicia residência médica em pediatria, que é uma especialidade que está em falta.

Podemos dizer que hoje em Santa Catarina o médico que mais necessitamos é o médico pediatra, pois ele está em falta em todo o interior do estado de Santa Catarina.

Portanto, um hospital que inclusive oferece essa possibilidade de formar recursos humanos em residência clínica pediátrica tinha que merecer esse olhar diferenciado, quando às vezes não

poderia estar completando 100% dos itens de uma portaria, mas num sentido mais amplo preenche totalmente os requisitos que podem habilitar o hospital para o atendimento dentro da rede de urgência e de emergência.

Reitero aqui que é uma conquista muito importante. E essa conquista se deve também pela garra, pela tenacidade, pela persistência da luta de Itajaí, da região da Amfri, buscando esse reconhecimento. E esse reconhecimento é o caminho para que o hospital possa, também, a partir de então, a adquirir uma estabilidade maior da sua gestão, da sua manutenção. E que num futuro muito breve possamos estar proporcionando também, através desse hospital, um atendimento de alta complexidade em pediatria, principalmente na área de oncologia, na área de cirurgia e na área de ortopedia, que é outra falta gigantesca que há em Santa Catarina.

Há necessidade de descentralizar o atendimento em alta complexidade em pediatria. Se no atendimento de adultos nós mais ou menos já estamos relativamente com os serviços bem descentralizados em várias regiões do estado, na área infantil estamos ainda muito aquém e precisamos avançar nesse sentido.

E essa habilitação do Hospital Universitário Pequeno Anjo, de Itajaí, que será incluído na rede de urgência e emergência, cria a possibilidade, sr. presidente, de se tornar, num futuro breve, também uma referência em alta complexidade em pediatria. Essa é uma conquista que não é somente nossa, mas de toda Santa Catarina, nas quatro áreas que já citei, que são áreas de muita necessidade, de muita carência em todo o nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero hoje fazer um registro especial pelos 30 anos do jornal *Folha do Oeste*, jornal de São Miguel d'Oeste, que atende toda a população do extremo oeste e do oeste catarinense. No último sábado, houve a comemoração através de toda a equipe presente, do presidente Miguel Ângelo Gobbi, em que estivemos presentes. Esteve presente também o prefeito da cidade, o deputado Mauro de Nadal, o ministro do Trabalho Manoel Dias, que estava de passagem pelo oeste catarinense e participou daquele momento tão importante.

Eu relembrei essa história - e quero aqui fazer a minha homenagem a todos os servidores dos jornais, do presidente ao entregador de jornal - porque tive a felicidade, quando guri, quando tinha 13 anos, 14 anos, de fazer a entrega do jornal Barriga Verde, na minha cidade natal, Canoinhas, e naquele tempo, deputado Ismael dos Santos, com 14 anos, era permitido trabalhar e ninguém virava bandido. Foi uma história gostosa.

Eu lembro, como entregador de jornal, que havia alguns cidadãos, principalmente os de mais idade, que ficavam aguardando, no domingo pela manhã, a entrega do jornal. E quando era Páscoa, Natal ou algum evento, eles ficavam esperando o entregador de jornal com algum chocolate ou outro presente para dar.

Eu falei na minha manifestação, na comemoração dos 30 anos do jornal *Folha do Oeste*, que em qualquer setor, em qualquer serviço deve-se dar importância do presidente ao mais humilde servidor, porque existe a preocupação de todos com investimento, com ampliação, com a melhora da qualidade do jornal, com a equipe de jornalistas e técnicos para se fazer o melhor noticiário possível. E se o entregador do jornal não levar o jornal até o seu destino, até a mão do cidadão, o trabalho todo fica perdido.

Então, até identificamos, na cerimônia, os entregadores de jornal que estavam presentes, para

os quais fizemos uma homenagem, uma citação. Digo isso porque vemos que em qualquer função de qualquer órgão, por exemplo, numa televisão, desde o motorista, o câmera, a pessoa que faz o café ou até quem cuida do cenário, todo contexto tem uma importância muito grande. Então, muitas vezes na hora da homenagem lembram-se do chefe, do presidente, do líder, porque ninguém consegue fazer nada sozinho.

Quero fazer esta homenagem ao Miguel Ângelo Gobbi, presidente do jornal *Folha do Oeste*, e à Márcia, diretora do jornal, e a todos seus colaboradores e servidores. Acompanho essa história porque o jornal está fazendo 30 anos e faz 33 anos que cheguei ao oeste como delegado recém formado para iniciar minha atividade naquela região. Depois tive a felicidade de vir para o meio-oeste, para o planalto serrano, para o litoral, enfim, para Balneário Camboriú, onde estou até hoje.

(Passa a ler.)

O jornal *Folha do Oeste* iniciou no dia 18 de dezembro de 1983, quando a Editora Itaberaba, atual editora jornalística *Folha do Oeste Catarinense*, lançava o semanário *O Celeiro*, com doze páginas e 600 exemplares, que circulava em São Miguel D'Oeste e Maravilha. Em janeiro do ano seguinte, o empresário Miguel Ângelo Gobbi, atual proprietário e presidente da Adjori e também presidente da Abrajori, Associação dos Jornais do Interior, do Brasil passou a integrar a sociedade formada inicialmente pelo jornalista Darcy Shultz e sua esposa.

Em 25 de dezembro de 1986, o nome do impresso mudou para *Folha do Oeste*. Passados 30 anos de revoluções tecnológicas e de comportamento, o bissemanário só aperfeiçoou o espírito ousado e empreendedor ao imprimir hoje páginas coloridas em 4.200 exemplares. Em cada página está a marca de uma estreita relação com a sociedade regional e o retrato dos acontecimentos que transformam a realidade. Ao completar três décadas, o jornal *Folha do Oeste* tem muitas histórias escritas, um olhar atento ao presente e ao que ainda está por

vir: um futuro alicerçado na informação de qualidade e na ética. O jornal *Folha do Oeste* toda semana, desde 1983, reforça o compromisso com seu leitor. A nossa história passa por aqui!"

É verdadeiro, nos meus 19 anos como delegado de polícia no extremo oeste, deputado Sandro Silva, tenho duas pastas com recortes de jornais com algumas notícias que saíam. E gosto de folhear as pastas para rever a história, os acontecimentos, as pessoas que passaram, a evolução e tudo que aconteceu.

Então, como já registrei, em homenagem a outros jornais locais, como *O Líder*, de Maravilha, o *Jornal Regional*, a *Gazeta Catarina*, o *Jornal Imagem* e tantos outros, quero fazer este registro oficial dos 30 anos do jornal *Folha do Oeste*. E aqui no nosso litoral, em Balneário Camboriú, há também outros jornais como a *Tribuna Catarinense*, o *Jornal Página 3*, que levam uma informação importante, mais local, mais regionalizada, mais completa.

No jornal *Diário Catarinense* nós acompanhamos o tópico das notícias em cima da hora e esses jornais semanais ou bissemanais têm uma grande responsabilidade porque, mesmo que já tenham passado dois, três, quatro dias do acontecimento, trazem todo o conteúdo, toda a história com aquele toque especial.

Então, quero fazer este registro e esta homenagem ao jornal *Folha do Oeste* pelos seus 30 anos de história.

Mas quero registrar outro assunto. Como presidente da comissão de Segurança da Assembleia Legislativa, estamos enviando um expediente ao diretor-geral do Denatran, Departamento Nacional de Trânsito, ao sr. Morvam Cotrim Duarte, solicitando, já que o Denatran, através de uma resolução, está exigindo, e deve entrar em vigor neste mês, às auto-escolas, a todos os centros de formação de condutores que tenham o simulador de trânsito.

Eu confesso, deputado Sandro Silva, que quando estivemos numa missão de segurança nos Estados Unidos, em Orlando, vimos que a polícia de lá

usava esses simuladores de trânsito. Aquilo é quase um vídeo-game. Nós, que já temos experiência e bons motoristas, e isso já foi mostrado em programas de televisão, sabemos que quando os motoristas profissionais são testados num simulador de trânsito não é a mesma coisa. Mas agora o Denatran está exigindo que toda autoescola tenha um simulador de trânsito. É quase um vídeo game.

Então, através de um expediente da comissão de Segurança, estamos solicitando que esse equipamento venha a Santa Catarina para ser exposto no *hall* da Assembleia Legislativa, para que a população possa ter conhecimento e até para que todos nós possamos fazer uma avaliação. Tomara que seja um bom instrumento para preparar e melhorar a qualidade de vida do cidadão, melhorando também a capacidade dos alunos e dos futuros motoristas no trânsito. E que não seja mais uma exigência descabida que não venha melhorar a formação dos nossos motoristas e a qualidade do nosso trânsito.

Então, fizemos um expediente ao Denatran, para que ele proporcione isso, independentemente da empresa que produz o equipamento, que acredito são diversas empresas, mas que na Assembleia, pelo menos por alguns dias, o cidadão possa ter conhecimento do que é esse simulador de trânsito.

Era este o nosso parecer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL, ocupo este horário do meu partido para falar sobre o ato solene que esta Casa aprovou, que aconteceu na última sexta-feira, no plenarinho da Assembleia Legislativa, em que se comemorou os 50 anos da primeira turma formada no

nível ginásial no Instituto Estadual de Educação de Florianópolis.

Essa instituição, que tem 121 anos, possui uma história riquíssima que foi contada por depoimentos de ex-alunos, ex-professores e por cerca de 50 pessoas que participaram daquele ato solene que eu tive a honra de poder presidir. E eu me senti lisonjeado pelas histórias.

O sr. Mendonça, que foi o professor daquela instituição e hoje está aposentado, contou que na época em que ele era aluno a diretora do Instituto, que naquela época não tinha este nome ainda, chamava a atenção dos alunos acompanhando muito de perto cada passo. E disse que ele se sentiu chamado a atenção por um apito que recebeu quando estava mexendo com um colega de aula.

Essas são histórias riquíssimas que aconteceram. E até saiu de lá uma provocação para que se reunissem os ex-alunos e ex-professores do Instituto, juntamente com a direção atual, na pessoa do diretor Vendelin Santo Borguezon, e iniciassem um trabalho de pesquisa e escrevessem um livro sobre essa rica história no Instituto Estadual de Educação.

Nós estamos aqui de vez em quando assistindo a depoimentos sobre dificuldades nas escolas. Mas quero também aproveitar este momento para mostrar o exemplo do Instituto Estadual de Educação, que é uma escola pública de primeiro mundo de alto nível que merece toda a nossa atenção.

Para isso, peço à assessoria que exiba um vídeo que foi elaborado pela direção do Instituto para mostrar a situação dessa escola e como as coisas acontecem no âmbito do Instituto do Estadual de Educação.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Temos, srs. deputados, um exemplo de funcionamento de uma escola pública de extrema qualidade e que orgulha a todos nós, catarinenses, e que certamente serve de inspiração, de espelho para que outras escolas públicas de nosso estado possam também seguir o mesmo exemplo. É claro que sabemos das condições que o Instituto Estadual de Educação hoje obtém diferenciadas, mas nada do que

acontece ali é exclusividade de uma escola como o Instituto. Muitas das suas atividades podem, sim, ser replicadas em outras escolas públicas e como faz parte do contexto educacional do nosso estado, há que se trocar experiências, há que se trocar os bons exemplos nas nossas escolas para replicarmos e melhorarmos ainda mais a qualidade da educação no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Renato Hinnig.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos assiste e pessoas que nos ouvem pela Rádio Digital.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Antes que v.exa. inicie o seu assunto, quero apenas parabenizá-lo pelo Projeto n. 0595/2013, um belíssimo projeto, uma belíssima ideia que premia a leitura de livro da rede pública de ensino no estado de Santa Catarina.

Assim como o detento lendo um livro tem redução da pena, o nosso educando, lá na escola, ao fazer leitura de um livro, terá, segundo a sua proposta, 0,2 na sua média, conforme a temática na matéria correlata.

Parabéns! Estamos junto com esse projeto.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Mas vou falar justamente sobre o Projeto n. 0595/2013 que protocolamos hoje nesta Casa, que premia a leitura de livro na rede pública de ensino no estado de Santa Catarina. Foi uma matéria que eu assisti na TV, em Joinville - outros lugares no Brasil também fazem isso -, em

que premiam os presos, os presidiários pela leitura do livro. Por cada livro que o presidiário lê consegue um dia de redução da sua pena.

Então, eu fiquei pensando: por que não começar isso muito antes? Por que não se premia o aluno da rede pública de ensino, já que o Brasil é um dos recordistas no analfabetismo funcional? O que é o analfabetismo funcional? É a pessoa que lê, mas não entende o que lê.

Assim sendo, esse projeto vem ao encontro disso, ou seja, em incentivar e motivar a prática da leitura na rede estadual de ensino.

(Passa a ler.)

"Art. 1º Fica concedido o acréscimo de 0,2 (dois décimos) de ponto na média bimestral de cada disciplina por livro lido, de temática afim ao conteúdo programático, aos alunos da rede pública de ensino do estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A leitura deverá ser comprovada por ficha de leitura ou resenha crítica elaborada pelo aluno.

Art. 2º - Os livros a serem lidos serão indicados pelo corpo docente de cada estabelecimento escolar, adequados à faixa etária do aluno e pertencentes ao acervo da biblioteca da escola."

Isso significa que todos os anos os professores, a direção e a orientação escolar vão fazer a lista dos livros que deverão ser lidos pelos alunos durante o ano, e a cada livro que lê o aluno terá direito a 0,2 na média bimestral que tirou. Realmente é uma forma de incentivar a prática da leitura. Assim, o aluno sendo motivado através desse projeto poderá, mais tarde, exercer voluntariamente a prática da leitura.

Então, queremos com isso promover a leitura por parte dos estudantes catarinenses, e que isso possa também ser copiado pelos municípios e pelos outros estados, para que realmente o índice de livros lidos no Brasil aumente, igualando-se à Europa, por exemplo.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Obrigado, deputado Sandro Silva.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros deputados, sras. deputadas e pessoas que nos acompanham na tarde desta terça-feira, eu falei, inicialmente, no começo da sessão, acerca da necessidade de fiscalização, de atuação dos órgãos de defesa ambiental, das instituições públicas, como a Fatma, o próprio Ministério Público, a Polícia Militar Ambiental, a Guarda Municipal da Laguna, no que diz respeito à degradação ambiental nos moles do canal de Laguna, colocando em risco a extinção da colônia de botos.

Quero registrar que não se trata de uma crítica a essas instituições, mas de uma solicitação no sentido de que possam olhar aquela situação, especialmente por ser relativamente fácil de fiscalizar, até porque está bastante próximo dessas instituições ou dessa rede. A própria Polícia Ambiental tem pelotão em Laguna, a Capitania dos Portos tem instalação e efetivos em Laguna, e fazer a fiscalização da pesca ilegal, clandestina, evidentemente, por ser ilegal, a coibição do uso de *jet ski*, porque há um Oceano Atlântico imenso, deputado Jorge Teixeira... será que é preciso brincar de *jet ski* justamente no santuário dos botos, somente porque se quer aparecer diante de mais gente?! Provavelmente as pessoas cada vez mais não consideram bacana pegar o *jet ski* e ir brincar especialmente num lugar em que estão sendo degradados a natureza e o meio ambiente.

Neste sentido, a nossa cobrança, vamos dizer dessa forma, não é crítica e, sim, uma solicitação para que os órgãos verifiquem isso, porque é relativamente fácil de fiscalizar, como uma passada por dia desses órgãos que já estão lá, com certeza, será suficiente para eliminar essas práticas que degradam aquele ambiente.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Dado Cherem, quero me solidarizar com o seu depoimento, sou testemunha ocular também das barbaridades cometidas na nossa costa pelos ditos pilotos responsáveis por esse tipo de embarcação, não somente dessa, como também em lancha afrontando principalmente o pescador de maneira muito perigosa, de maneira irresponsável, inconseqüente, o que me deixa perplexo, deputado Sargento Amauri Soares, pois não conheço nenhum tipo de fiscalização nesse sentido.

Isso realmente tem me chamado atenção. Tenho inúmeras filmagens no meu celular a esse respeito e com certeza já foi motivo de minha indignação aos órgãos responsáveis de fiscalização para coibir esse ato que acaba se tornando uma arma na mão, às vezes, de pessoas irresponsáveis.

Então, v.exa. está trazendo um problema que é muito comum e aumenta porque falta efetivamente uma fiscalização mais intensa.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURO SOARES - Muito obrigado pelo seu aparte. É bom saber da preocupação de v.exa. com essa questão. De fato a sociedade não vê cada vez mais com simpatia o uso de motores numa região de laser, num espaço de convívio de um número cada vez maior e mais intenso de pessoas. Seria interessante um espaço natural de convívio das pessoas e não um espaço de exibição, com equipamentos caríssimos de motores potentes, que inclusive poluem.

Então, não há sentido um divertimento que polui quando o objetivo é tão somente laser.

Eu queria falar ainda sob a perspectiva de colocarmos na pauta da Ordem do Dia de hoje o PLC n. 0037/2013, de autoria da comissão de Saúde, que visa readequar os servidores da Saúde do terceiro nível para o primeiro nível do salário mínimo regional. Não estamos falando em aumento do mínimo regional, esse é outro assunto a ser definido com o governo do estado, mas sim de colocar os

trabalhadores da saúde do nível três para o nível um, que é a forma de aumentar mais R\$ 82,00.

Então, o PLC n. 0037/2013 propõe isso, ou seja, o incremento de R\$ 82,00 na remuneração dos trabalhadores.

O nosso entendimento era na quarta-feira passada, por não ter havido acordo de líderes, que automaticamente estaria na pauta da Ordem do Dia de hoje. Isso que consideramos que seria o que estava acordado quando não houve acordo de líderes na quarta-feira passada. Nós pedimos para que possa ser restabelecido e que ainda na tarde de hoje possamos deliberar acerca do PLC n. 0037/2013, que seria absurdo deixar para o ano que vem esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0180/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Não há emendas à redação final.

Em votação

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0349/2013, de autoria do deputado Valmir Comin.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que vai transferir a deliberação das Mensagens n.s.: 01158/2013, 01183/2013 e 01184/2013 para a pauta da Ordem do Dia de amanhã.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0075/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, que declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Futsal, do município de Florianópolis.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de trabalho, Administração e Serviço Público.

Srs. deputados, conforme comunicamos na reunião de hoje pela manhã, leremos a ementa e votaremos em bloco as matérias.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0100/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública o Serviço Social do Transporte (Sest), de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0101/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0318/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campos Novos.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0346/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Associação Jeep Club Lages, com sede no município de Lages.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0364/2013, de autoria da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que altera a Lei n. 10.592, de 1997, que declara de utilidade pública o Corpo de Bombeiros Voluntários de Fraiburgo.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0377/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Associação Recreativa e Cultural Pequenos Leoninos, com sede no município de Tubarão.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0398/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva Três de Maio, de Capivari de Baixo.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0505/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica El Shaddai, de Palhoça.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0513/2013, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que declara de utilidade pública o Rotary Club Caravaggio, de Nova Veneza.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação em bloco os projetos de lei.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0031/2013, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que concede subsídio para plano de assistência à saúde aos membros e integrantes do corpo funcional do Poder Judiciário do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero fazer o registro da presença, neste Poder, do nobre prefeito de Criciúma, Márcio Búrigo, que está verificando como votam os deputados do sul.

Seja bem-vindo a esta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência agradece a presença do querido amigo, prefeito de Criciúma, Márcio Búrigo.

Em votação.

A votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se a votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, tenho a impressão de que não alcancei o tempo hábil para votar o projeto, mas o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Srs. deputados, inclua-se na votação o voto do eminente deputado Reno Caramori.

Temos 27 votos "sim" e nenhum voto "não", mas como este presidente acatou a manifestação do deputado Reno Caramori, que votou a favor deste projeto fora do sistema eletrônico de votação, foram totalizados 28 votos "sim".

Está aprovada a matéria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0036/2013, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que transforma cargos do quadro da Magistratura do Poder Judiciário estadual.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Temos 30 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0040/2013, de autoria do Ministério Público, que dispõe sobre a elevação de entrância de Promotorias de Justiça e a reclassificação de cargos na carreira do Ministério Público de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Temos 29 votos "sim" e um voto "não", como este presidente acatou a manifestação da deputada Ana Paula Lima, que votou a favor deste projeto

fora do sistema eletrônico de votação, foram totalizados 30 votos "sim".

Esta Presidência, com a concordância dos líderes, encerra a presente sessão convocando outra, extraordinária, para as 16h15, para a votação em segundo turno dessas três matérias.

Está encerrada a sessão.